



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
EDITAL Nº 86/2013-GR

PROVA ESCRITA PARA O CARGO DE

AUDITOR

- Opção 105 - 111 - 131

INFORMAÇÕES AO CANDIDATO

1. Escreva seu nome e número de CPF, de forma legível, nos locais abaixo indicados:

NOME: _____ Nº. CPF: _____

2. Verifique se o CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO, colocados acima, são os mesmos constantes da sua FOLHA RESPOSTA. Qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO sejam iguais ao constante da sua FOLHA RESPOSTA.**
3. A FOLHA RESPOSTA tem, obrigatoriamente, de ser assinada. Essa FOLHA RESPOSTA **não** poderá ser substituída, portanto, **não** a rasure nem a amasse.
4. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluindo o tempo para o preenchimento da FOLHA RESPOSTA.
5. Na prova há 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 30 (trinta) questões de Conhecimentos Específicos, apresentadas no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais **apenas uma** corresponde à resposta correta.
6. Na FOLHA RESPOSTA, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, por completo, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois, nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, etc.), chapéu, boné, ou similares, e óculos escuros.
10. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
11. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com a FOLHA RESPOSTA, ao Fiscal de Sala.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas identificações e assinaturas.

O texto 1 serve de base para responder as questões de 1 a 5.

Texto 1:

Uma questão de bom senso

Ferreira Gullar

Falando francamente, o que você prefere, a segurança ou a insegurança, o previsível ou o imprevisível? Em suma, quer acordar de manhã certo de que as coisas vão caminhar normalmente ou prefere estremecer ao pensar no que fará, neste dia, o seu filho drogado?

Acho muito difícil que alguém prefira viver no desespero, temendo o que pode ocorrer nesse dia que começa. Estou certo de que todo mundo quer viver tranquilo, certo de que as coisas vão transcorrer dentro do previsível.

Mas quem se droga comporta-se, inevitavelmente, fora do previsível, ou não é? Já imaginou a apreensão em que vivem os pais de um filho drogado? Começa que ele já não vai à escola e, se vai, arma sempre alguma encrenca por lá. Se já trabalha, abandona o emprego e começa a roubar o dinheiro da família para comprar drogas.

Se isso se torna inviável, entra para o tráfico, passa a vender drogas ou torna-se assaltante, porque tem de conseguir dinheiro para comprá-las, seja de que modo for. Daí a pouco, não apenas assalta e rouba como também mata. Os pais já não reconhecem nele o filho que criaram com tanto carinho. Pelo contrário, o temem, porque, drogado, ele é capaz de tudo.

E mesmo assim há quem seja a favor da liberação das drogas. Conheço muito bem o argumento que usam para justificá-la: como a repressão não acabou com o tráfico e o consumo, a liberação pode ser a solução do problema. Um argumento simplista, que não se sustenta, pois é o mesmo que propor o fim da repressão à criminalidade em geral. O argumento seria o mesmo: por que insistir em combater o crime, se isso se faz há séculos e não se acabou com ele?

Fora isso, pergunto: se não é proibida a venda de cigarros e bebidas, por que há tráfico dessas mercadorias? E pedras preciosas, é proibido vendê-las? Não e, no entanto, existe tráfico de pedras preciosas. E ainda assim os defensores da liberação das drogas acham que com isso acabariam com o problema. Claro, Fernandinho Beira-Mar certamente passaria a pagar imposto de renda, ISS, ICMS e tudo o mais. Esse pessoal parece estar de gozação.

Todo mundo sabe que, dos que se viciam em drogas, poucos conseguem largar o vício. E, se largam, é por entender que estavam sendo destruídos por ele, uma vez que perdem toda e qualquer capacidade de refletir e escolher; são verdadeiros robôs que a droga monitora.

Qual a saída, então? No meu modo de ver, a saída é uma campanha educativa, em larga escala, em âmbito nacional e internacional, para mostrar às crianças e aos adolescentes que as drogas só destroem as pessoas.

E isso não é difícil de demonstrar porque os exemplos estão aí aos milhares e à vista de quem quiser ver. Os traficantes sabem muito bem disso, tanto que hoje têm agentes dentro das escolas para aliciar meninos de oito, dez anos de idade.

Confesso que tenho dificuldade de entender a tese da descriminalização das drogas. Todas as semanas, a polícia apreende, nas estradas, em casas de subúrbio, em armazéns clandestinos, toneladas de maconha e de cocaína. É preciso muitos drogados para consumir essa quantidade de drogas.

Junto às drogas, apreendem, muitas vezes, verdadeiros arsenais de armas modernas de grosso calibre. É preciso muito dinheiro e muita gente envolvida para que o tráfico tenha alcançado tal amplitude e tal nível de eficiência. Como acreditar que tudo isso desaparecerá, de repente, bastando

tornar a venda de drogas comércio legal? Sem falar nos novos tipos sofisticados de cocaína e maconha, que estão diversificando o mercado.

A verdade é que o tráfico existe e cresce porque cresce o número de pessoas que consomem drogas. Como se sabe, não pode haver produção e venda de mercadoria que ninguém compra. Se se reduzir o número de consumidores, o tráfico se reduzirá inevitavelmente. E a maneira de fazer isso é esclarecer os jovens do desastre que elas significam.

O resultado maior não será junto aos viciados crônicos, que tampouco devem ser abandonados à sua má sorte. Virá certamente do esclarecimento dos mais jovens, dos que ainda não foram cooptados pelo vício. A eles deve ser mostrado que as drogas destroem inevitavelmente os que a elas se entregam.

Ferreira Gullar é cronista, crítico de arte e poeta. Escreve aos domingos na versão impressa de “Ilustrada”.

FERREIRA GULLAR, J. Ribamar. *Folha de S.Paulo*. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ferreiragullar/2013/08/1321441-uma-questao-de-bom-senso.shtml>.

Acesso em 11/08/13. Adaptado.

1. Com base na leitura global do Texto 1, é possível inseri-lo no âmbito das discussões acerca do uso de drogas. Dentro dessa temática mais ampla, no entanto, o autor levanta uma questão particular sobre a qual discorre e opina, a saber:
 - a) A descriminalização das drogas.
 - b) A preferência do ser humano pelo que é previsível.
 - c) A disseminação das drogas na sociedade.
 - d) A estreita relação entre a droga e o crime organizado.
 - e) O combate ao tráfico de drogas na escola.

2. O texto “Uma questão de bom senso” é um artigo de opinião. Nele, Ferreira Gullar expressa o seu ponto de vista sobre a questão levantada e argumenta em defesa da tese de que
 - a) a recuperação do drogado passa por sua própria compreensão de que o vício destrói e transforma homens em robôs controlados pelos traficantes.
 - b) todo ser humano almeja viver com tranquilidade, na expectativa de que o dia seguinte transcorra, na medida do possível, sem sobressaltos.
 - c) o traficante tem, sim, conhecimento de que seu maior cliente é o jovem em idade escolar e, por isso, investe em ações na escola.
 - d) a liberação da droga no país não é o caminho para resolver os graves problemas do tráfico e do consumo de drogas.
 - e) se o consumo de drogas deixasse de ser crime, naturalmente, o número de dependentes reduziria junto com o dinheiro que sustenta a eficiência do tráfico.

3. Esse diálogo inicial com o leitor é construído, principalmente, por meio de
 - a) indagações feitas ao leitor, como, por exemplo, “ou não é?”.
 - b) marcadores de opinião, como “acho” ou “estou certo”.
 - c) termos que expressam juízo de valor, a exemplo de “acho muito difícil”.
 - d) repetição de palavras, como acontece com “previsível”.
 - e) ambiguidades, como segurança/insegurança e previsível/imprevisível.

4. Identifique, entre as estratégias discursivas listadas abaixo, aquelas utilizadas pelo autor na construção de sua argumentação.
- I. Argumentos baseados no consenso, a exemplo de “Como se sabe, não pode haver produção e venda de mercadoria que ninguém compra”.
 - II. O uso de citação para conferir autoridade ao texto, como em “a polícia apreende, nas estradas, em casas de subúrbio, em armazéns clandestinos, toneladas de maconha e de cocaína”.
 - III. O emprego de perguntas retóricas, a exemplo de “Como acreditar que tudo isso desaparecerá, de repente, bastando tornar a venda de drogas comércio legal?”.
 - IV. A comprovação por números que falam por si mesmo, como em “A verdade é que o tráfico existe e cresce porque cresce o número de pessoas que consomem drogas”.
 - V. A introdução, no corpo da argumentação, de uma ilustração hipotética, a exemplo de “Fernandinho Beira-Mar certamente passaria a pagar imposto de renda, ISS, ICMS e tudo o mais”.

Estão **CORRETAS** apenas as proposições presentes nos itens

- a) II, IV e V.
 - b) I, II e III.
 - c) I, III e V.
 - d) II e IV.
 - e) III e IV.
5. Na conclusão, Gullar reitera a ideia de que a saída para o problema viria do trabalho junto aos mais jovens e não junto “aos viciados crônicos”. Para evitar um possível mal-entendido, faz uma ressalva marcada no texto pelo uso da palavra
- a) “inevitavelmente”.
 - b) “ainda não”.
 - c) “certamente”.
 - d) “não”.
 - e) “tampouco”.

Leia o texto 2 para responder as questões de 6 a 10.

Texto 2:

DINOS

Martha Medeiros

É um mundo estranho este. De repente, começaram a ser apresentados fósseis de animais pré-históricos descobertos recentemente no estado. Parece até coisa de novela. Primeiro foram as ossadas encontradas em São Gabriel, agora as de Dona Francisca. E eu que achava que os nossos mais antigos ancestrais eram os açorianos. Pois soube agora que tivemos *Tiarajudens* e *Decuriasuchus* residentes. Tivemos, e ainda temos.

Estou só esperando tocarem a campainha aqui de casa. Posso imaginar os paleontólogos entrando com suas escovinhas e pás, buscando embaixo do meu porcelanato algum resíduo de esqueleto. “Soubemos que dinossauros habitaram esse pedaço de chão milhões de anos atrás,

exatamente aqui, onde a senhora vive.” E eu responderei muito circunspecta: “Habitaram, não. Habita ainda. Muito prazer”.

Sou uma dinossaura gaúcha.

Outro dia, num encontro entre amigas, me xingaram por não estar no Facebook. Em vez de uma liberdade de escolha, consideraram minha ausência uma afronta. Não estar no Facebook significa que você é uma esnobe com mania de ser diferente. Mas não é nada disso, tenho um bom argumento de defesa: é que me sinto obrigada a dar retorno a todos os contatos que recebo e, se entrar no Facebook, somando os e-mails que recebo (sim, e-mails – é condizente com minha espécie) não terei paz. Sou uma dinossaura. Relevem.

Eu ainda uso aparelho celular com teclas. Poderia ter um iPad, um tablet ou qualquer outro equipamento de última geração lançado dois minutos atrás, mas gosto do meu telefone simplificado, que só serve para fazer e receber chamadas e torpedos (eu ainda chamo de torpedo, e não de SMS). Não leio mensagens fora de casa. Dinossaura.

Lembram quando comentei outro dia sobre a entrevista que fiz com a Patrícia Pillar? A revista que me contratou me ofereceu um gravador. Aceitei. E pedi: não esqueçam de mandar as fitas! É um mistério terem mantido a missão que me confiaram. Gravador digital era coisa que eu ainda não tinha manuseado. Poderia ter gravado a conversa pelo celular também. Mas vocês sabem: não se extraem os resíduos paleolíticos do DNA assim no mais.

Outro dia contei pro escritor Fabrício Carpinejar que, quando estou no escuro do cinema, durante a projeção, costumo anotar nas folhas do talão de cheque as frases que me tocam durante o filme. Ele ficou bege. “Tu usa cheque???”.

E ainda acredito no amor. Podem me empalhar.

In: MEDEIROS, Martha. *Feliz por nada*. Porto Alegre, RS: LP & M, 2011. Adaptado.

6. Uma crônica caracteriza-se por observar e relatar fatos de sua época, a partir dos quais o autor desenvolve reflexões mais gerais sobre o tema associado a esses fatos. O ponto de partida da crônica de Martha Medeiros foi
 - a) a notícia de que *Tiarajudens* e *Decuriasuchus* ainda residem no seu estado.
 - b) uma novela de TV cuja protagonista era uma paleontóloga.
 - c) a descoberta de fósseis de ancestrais humanos no Rio Grande do Sul.
 - d) a constatação repentina de que vivemos em um mundo muito estranho.
 - e) um devaneio, em que a autora imaginou a chegada de paleontólogos em sua casa.

7. A crônica *Dinos* aborda, como tema global,
 - a) os avanços tecnológicos do mundo contemporâneo.
 - b) a resistência da autora em lidar com novas tecnologias.
 - c) a supervalorização da tecnologia no mundo atual.
 - d) a manifestação de certo “preconceito digital” contra a autora.
 - e) a defesa do livre-arbítrio em relação ao uso de redes sociais.

8. Com base no Texto 2, analise o que se afirma nas seguintes proposições:
 - I. Em “Poderia ter um iPad, um tablet ou qualquer outro equipamento de última geração lançado dois minutos atrás” (5º parágrafo), a autora faz uma crítica sutil à rapidez com que, hoje, as inovações tecnológicas tanto surgem quanto caducam.

- II. No trecho, “E ainda acredito no amor. Podem me empalhar” (8º parágrafo), Medeiros deixa implícita a ideia de que crer no amor, seguindo a mesma lógica, seria também coisa do passado.
- III. Em “Tu ainda usa cheque???” (7º parágrafo), a autora recorre ao uso expressivo da interrogação com o intuito de sinalizar o espanto do seu interlocutor.
- IV. A cronista usa parênteses (4º e 5º parágrafos) para intercalar enunciados essenciais à compreensão do texto e dar fluidez à sua narrativa.
- V. Em “É um mistério terem mantido a missão que me confiaram.” (6º parágrafo), é possível inferir que a autora pensou em desistir de fazer a entrevista.

Estão **CORRETAS** apenas as proposições encontradas nos itens

- a) I, II e V.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) III e IV.

9. Para dar mais coerência ao texto e ajudar a manter a sua unidade temática, a autora repete a palavra “ainda” nada menos do que seis vezes ao longo da crônica. Assim, fatos, ações, crenças ou comportamentos narrados ficam todos atrelados a uma circunstância de

- a) modo.
- b) dúvida.
- c) finalidade.
- d) intensidade.
- e) tempo.

10. Ao afirmar “Sou uma dinossaura gaúcha” (3º parágrafo), a autora usa a palavra “dinossaura” com sentido diferente daquele que lhe é próprio, por meio de uma

- a) ironia.
- b) antítese.
- c) metáfora.
- d) metonímia.
- e) personificação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Sobre o regime dos servidores públicos, é **CORRETO** afirmar:

- a) O servidor público civil tem constitucionalmente assegurado o direito à livre associação sindical e à greve, o que impede, neste último caso, o estabelecimento de quaisquer limites ao seu exercício, sob pena de lesão ao seu direito fundamental.

- b) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo nas hipóteses de cumulação de dois cargos de professor, um de professor com outro técnico ou científico, e a de dois cargos ou empregos de profissionais da área de saúde. Nestes casos, devem ser respeitadas a compatibilidade de horários e o teto remuneratório previsto na própria Constituição da República.
- c) O concurso de títulos para provimento de cargo público terá validade de um ano, prorrogável por igual período.
- d) A fixação dos vencimentos de professor da rede de ensino público federal depende de lei de iniciativa de qualquer parlamentar do Congresso Nacional.
- e) Somente poderão acessar cargos públicos os brasileiros natos ou naturalizados.

12. O contrato administrativo caracteriza-se pela presença de cláusulas exorbitantes. Sobre elas, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Em função do princípio da formalidade, todo contrato administrativo deve ser escrito.
- b) Os limites à invocação da "exceção do contrato não cumprido" pelo contratado são uma clara decorrência do princípio da imprevisão.
- c) Pode a Administração descumprir condições do Edital, por força da supremacia do interesse público.
- d) A exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras é obrigatória, mas deve estar prevista no instrumento convocatório e compete ao administrador determinar a modalidade de garantia a ser adotada, para viabilizar a tomada posterior de providências em caso de descumprimento do contrato.
- e) A natureza *intuitu personae* dos contratos administrativos é uma das suas principais características e respeita o resultado do processo de licitação. Contudo, esta não é absoluta, pois se admite a subcontratação parcial do contrato, desde que em conformidade com os limites estabelecidos no Edital e no contrato.

13. A Súmula nº 346 do Supremo Tribunal Federal prevê: "A Administração Pública pode declarar a ilegalidade de seus próprios atos." Este enunciado trata do/da:

- a) Poder regulamentar.
- b) Poder de polícia.
- c) Autotutela.
- d) Discricionariedade.
- e) Poder disciplinar.

14. A presunção de legitimidade dos atos da Administração Pública

- a) exige a intermediação do Poder Judiciário para que estes atos produzam efeitos.
- b) configura uma presunção absoluta, que não admite prova em contrário.
- c) cria obrigações para o particular, independentemente de sua concordância.
- d) impede a Administração de revogá-los, para evitar prejuízos a terceiros.
- e) afasta a possibilidade de controle do Tribunal de Contas.

15. A Lei n.º 8.112/90 estabelece as formas de provimento de cargo público. Sobre estas é **CORRETO** afirmar que:
- Ocorre reversão quando um servidor público aposentado por invalidez retorna ao cargo em consequência da declaração de insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentadoria, por junta médica oficial.
 - O servidor estável, se for extinto o cargo que ocupa, ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu aproveitamento em outro cargo.
 - A reintegração de servidor demitido depende de sentença judicial transitada em julgado.
 - Os indivíduos selecionados para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público são regidos pela Lei n.º 8112/90 e, em decorrência disto, devem ser nomeados pela autoridade competente.
 - A promoção é forma de provimento derivado, e corresponde à mudança de carreira do servidor, tendo como principal característica a elevação de seus vencimentos.
16. Dentre as hipóteses abaixo descritas, nos termos da Lei nº 8.666/93, corresponde a caso de inexigibilidade de licitação:
- Aquisição de serviços técnicos especializados de publicidade.
 - Contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
 - Locação de imóvel para nele funcionar serviço público.
 - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
 - Aquisição de materiais e equipamentos fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, situação devidamente comprovada na forma legal, sendo vedada a preferência de marca.
17. Sobre as licitações administrativas, é **CORRETO** afirmar:
- Em caso de licitação deserta, deve-se revogar o procedimento.
 - Pode ser feita a contratação de obras de engenharia através de pregão eletrônico.
 - Em certame licitatório em que todas as propostas são desclassificadas, tem-se licitação deserta.
 - A inabilitação do licitante importa na impossibilidade de participar das fases subsequentes.
 - Para a aquisição de bens feita pela Administração Pública, em valor superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), somente é aplicável a modalidade concorrência.
18. Considere a possibilidade para a abertura de crédito especial. Para tanto, apresenta-se o seguinte cenário:
- de uma receita prevista, até o mês, de 140, já tinham sido arrecadadas 220, mas estimou-se que, no restante do exercício, deixariam de ser arrecadas 12;
 - já havia sido aberto um crédito extraordinário de 5;
 - o balanço patrimonial do exercício anterior apresenta 10 no disponível e 20 como superávit financeiro;
 - está sendo reaberto um crédito especial de 16, autorizado em setembro do exercício anterior;

- obteve-se um empréstimo de 30 para fazer face às novas despesas;
- 15, em dotações não mais utilizáveis, serão anulados.

Considerando os valores acima descritos, quanto estará disponível para a abertura de crédito adicional?

- a) 94
- b) 95
- c) 110
- d) 112
- e) 120

19. A Prefeitura de Saudade apresentou, durante o exercício 2012, a movimentação contábil a seguir:

Receitas arrecadadas, em Reais.

Amortização de Empréstimos 70.000,00

Tributos 80.000,00

Depósitos de terceiros (cauções) 30.000,00

Transferências Correntes 120.000,00

Aluguéis Recebidos 24.000,00

Com base nas informações acima, o valor da Receita Corrente Arrecadada, em reais, é

- a) 224.000,00.
- b) 300.000,00.
- c) 94.000,00.
- d) 150.000,00.
- e) 144.000,00.

20. No que se refere à vigência, é **CORRETO** afirmar:

- a) tanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias como o Plano Plurianual (PPA) tem como período de orientação o mandato de um único presidente.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é quadrienal, inicia-se no segundo ano de mandato e engloba o primeiro ano de mandato subsequente.
- c) a Lei Orçamentária anual (LOA) é quadrienal, inicia-se no segundo ano de mandato e engloba o primeiro ano de mandato subsequente.
- d) o Plano Plurianual é quadrienal, iniciando-se no primeiro ano de mandato e encerrando-se no último.
- e) O Plano Plurianual (PPA) é quadrienal, inicia-se no segundo ano de mandato e engloba o primeiro ano de mandato subsequente.

21. O regime contábil adotado para o setor público, de acordo com a NBCASP e a Resolução do CFC nº 750/93, é

- a) caixa tanto para as receitas quanto para as despesas.
- b) gestão orçamentária.
- c) competência tanto para receita quanto para as despesas.
- d) competência para as receitas e caixa para as despesas.
- e) caixa para as receitas e competência para as despesas.

22. Conforme previsto na Constituição do Brasil, os Limites mínimos das receitas de impostos e transferências a serem aplicados com a manutenção e desenvolvimento da Educação e na Saúde nos municípios é

- a) 18% e 10%.
- b) 20% e 12%.
- c) 25% e 15%.
- d) 54% e 12%.
- e) 20% e 18%.

23. Considerando os valores apresentados a seguir, informe qual o valor dos restos a pagar não processados.

- | | |
|---|------------------------------|
| - receita arrecadada no exercício, 500; | - orçamento da despesa, 500; |
| - despesa empenhada, 350; | - despesa liquidada, 290; |
| - despesa paga 220; | |

- a) 210
- b) 60
- c) 150
- d) 70
- e) 80

24. De acordo com a Lei de responsabilidade Fiscal, os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária devem ser elaborados a cada

- a) anual.
- b) quadrimestre.
- c) trimestre.
- d) semestre.
- e) bimestre.

25. Identifique e assinale a opção que apresenta um princípio do Controle Interno.

- a) Fiscalização Contábil
- b) Relação Custo Benefício
- c) Plano de Organização
- d) Método de Segurança
- e) Tomada de Contas

26. Com relação aos conceitos básicos da Contabilidade Geral, relacione os tópicos a seguir.

- I. Objeto de estudo.
- II. Campo de aplicação.
- III. Usuário Externo.
- IV. Técnica Contábil.
- V. Demonstração.

- () Fornecedor
- () Entidade
- () Patrimônio
- () Escrituração
- () Balanço Patrimonial

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo.

- a) II – I – V – III – IV
- b) II – I – III – V – IV
- c) III – II – I – IV – V
- d) III – I – II – IV – V
- e) I – II – III – IV – V

27. A sociedade empresarial Empreendedores na Educação, em 31.12.2011, apresentou os seguintes saldos:

Receitas de Vendas R\$ 135.500,00
Caixa R\$ 10.000,00
Capital Social R\$ 32.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas R\$ 75.000,00
Depreciação Acumulada R\$ 3.000,00
Fornecedores a pagar em 90 dias R\$ 11.000,00
Duplicatas a Receber em 90 dias R\$ 30.000,00
Bancos Conta Movimento R\$ 35.000,00
Equipamentos R\$ 25.000,00
Reserva de Lucros R\$ 8.000,00
Estoque de Mercadorias R\$ 13.000,00
Salários a Pagar R\$ 4.200,00
Despesas Gerais R\$ 23.600,00

Após a apuração do Resultado do Período e antes da sua destinação, o total do Passivo Circulante o total do Patrimônio Líquido são, respectivamente:

- a) R\$15.200,00 e R\$94.800,00.
- b) R\$4.200,00 e R\$8.000,00.
- c) R\$16.700,00 e R\$110.000,00.
- d) R\$11.000,00 e R\$32.000,00.
- e) R\$12.500,00 e R\$40.000,00.

28. Com base nos dados a seguir, apure o Resultado com Mercadorias da operação ocorrida em 20/06/11 (desconsiderando incidências tributárias) e assinale a alternativa que contém os valores do Custo das Mercadorias Vendidas com base no custeamento PEPS e no custeamento Média Ponderada Móvel, respectivamente.

- estoque inicial : 15 unidades a R\$10,00 cada.
- 04/06- compra de 10 unidades a R\$12,00 cada.
- 08/06- compra de 5 unidades a R\$15,00 cada.
- 20/06- venda de 12 unidades, a R\$25,00 cada.

Os valores finais são:

- a) R\$ 150,00 e R\$ 120,00.
- b) R\$ 120,00 e R\$ 150,00.
- c) R\$ 150,00 e R\$ 300,00.
- d) R\$ 120,00 e R\$ 138,00
- e) R\$ 150,00 e R\$ 138,00.

29. De acordo com o Art. 12 da lei nº 4320/64 os investimentos correspondem às dotações para planejamento e execução de obras. Sobre os investimentos podemos afirmar que:

- a) São classificadas como dotações para manutenção dos bens imóveis pertencentes à entidade.
- b) Podem ser utilizadas para aquisição de imóveis considerados necessários à realização de uma obra.
- c) Divide-se em subvenção para construção e subvenção para inversão financeira.
- d) Destinam-se exclusivamente para aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- e) Destinam-se à constituição ou aumento do capital de entidade ou empresas que visem a objetos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

30. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária, previsto no art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), abrangerá todos os poderes e o ministério público. Sobre esse relatório, podemos afirmar:

- a) Conterá o comparativo dos limites das despesas com pessoal, distinguindo as despesas com pessoal inativos e pensionistas.
- b) É obrigatória sua publicação até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- c) Acompanharão o Relatório Resumido os resultados nominal e primário.
- d) Corresponde à consolidação das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior.
- e) Não deve ser publicado por entes da federação que tiveram suas contas do exercício anterior rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

31. A Unidade Orçamentária para estruturação do futuro apresenta em 30/09/12 a seguinte situação:

- Receita orçamentária prevista na sua LOA: R\$ 456.000,00;
- Receita arrecadada até 30/09/12: R\$ 360.000,00;
- Operação de crédito autorizada: R\$ 30.000,00;
- Restos a pagar processado e registrado no Balanço Patrimonial (X1): R\$ 120.000,00;
- Crédito extraordinário aberto: R\$ 50.000,00;
- Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro anterior (X1): R\$ 50.000,00;
- O Balanço Patrimonial (X1) apresenta R\$150.000,00 de Disponibilidades.

Considerando que a arrecadação dos meses subsequentes deste exercício seguirá a mesma tendência, poderá ser utilizado para abertura de um crédito especial o montante de:

- a) R\$ 26.000,00.
- b) R\$ 150.000,00.
- c) R\$ 54.000,00.
- d) R\$ 244.000,00.
- e) R\$ 94.000,00.

32. No tocante ao balanço orçamentário, previsto na Lei 4.320/64, e tendo por base os dados a seguir apurados ao final do exercício de 2012, pode-se afirmar que o superávit orçamentário foi de:

Receitas	Prevista	Arrecadada
Receita de juros	250	225
Receita de Serviços	1000	850
Receita de operações de créditos	250	350
Despesas	Fixada	Realizada
Despesa de juros	250	200
Despesa de Amortização de Dívidas	400	275
Despesa de Pessoal	450	425
Despesa de Investimentos	400	375

- a) 100
- b) 225
- c) 180
- d) 425
- e) 150

33. No tocante às características dos *atos administrativos*, é **CORRETO** afirmar:

- a) O ato administrativo prescinde de motivação, que, no entanto, deve ocorrer sempre que a Administração defender seus interesses.
- b) Os atos administrativos são dotados de imperatividade e presunção de legitimidade.
- c) A auto executoriedade tem como fundamento jurídico a vinculação hierárquica dos atos administrativos.
- d) A presunção de legitimidade determina que todo ato seja publicado em lei para ser legítimo.
- e) Os atos administrativos possuem como característica principal a necessidade de licitação para obter eficácia plena.

34. Sobre a Lei Complementar nº 101/00, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade, na gestão fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação.
- b) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.

- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá o anexo de metas fiscais onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá a vedação a transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- e) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá ser compatível com a Lei Orçamentária Anual, com o plano plurianual e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

35. As normas profissionais representam as condições mínimas necessárias a serem observadas pelos auditores no desenvolvimento de seus serviços. Fazem parte dessas as normas relativas:

- a) à execução fiscal.
- b) à pessoa do auditor.
- c) ao parecer do Auditor interno.
- d) ao relatório do Auditor interno.
- e) à execução contábil.

36. Atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da Entidade, tanto em termos físicos quanto monetários, denomina-se:

- a) Fraude.
- b) Erro.
- c) Prevenção.
- d) Indícios.
- e) Riscos.

37. Nos termos da Lei 8.112/90 e suas alterações posteriores, constituem indenizações ao servidor:

- I. ajuda de custo.
- II. diárias.
- III. transporte.
- IV. auxílio-moradia.
- V. auxílio-natalidade.

Está (ao) **CORRETA(s)**

- a) II - IV e V apenas.
- b) I e III apenas.
- c) I - II e III apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I - III - IV e V apenas.

38. Conforme estabelece a Lei 8.112/90 e suas alterações posteriores, o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investida, denomina-se:

- a) Infração.
- b) Audiência.
- c) Inquérito.

- d) Processo Disciplinar.
- e) Relatório.

39. A CGU (Controladoria Geral da União) está estruturada em quatro unidades finalísticas, que atuam de forma articulada, em ações organizadas entre si. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG); Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e a Ouvidoria-Geral da União (OGU).
- b) Corregedoria-Geral da União (CRG), Ouvidoria-Geral da União (OGU); Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e a Ouvidoria-Geral da União (OGU).
- c) Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Secretaria de Assuntos Estratégicos e a Corregedoria-Geral da União (CRG).
- d) Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).
- e) Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG) e Ouvidoria-Geral da União (OGU).

40. Caracteriza-se como um processo de contas relativo à avaliação da gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da Administração federal direta:

- a) Tomada de Contas.
- b) Relatório de Gestão.
- c) Prestação de Contas.
- d) Relatório de Conformidade.
- e) Parecer de Contas.